



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CABEDELO

Sivaldo Ferreira do Nascimento
Ivana Maria Medeiros de Lima

**Visita Técnica ao Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central da UFRN
por alunos de um Curso Técnico em Biblioteconomia e a inclusão de
estudantes com deficiência**

CABEDELO/PB
2022

SIVALDO FERREIRA DO NASCIMENTO

IVANA MARIA MEDEIROS DE LIMA

**Visita Técnica ao Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central da UFRN
por alunos de um Curso Técnico em Biblioteconomia e a inclusão de
estudantes com deficiência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Especialista em docência para a educação profissional, científica e tecnológica na modalidade à distância.

CABEDELO/PB

2022

Dados Internacionais de Catalogação – na – Publicação – (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

N244v Nascimento, Sivaldo Ferreira do.

Visita Técnica ao laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central da UFRN por Alunos de um Curso Técnico em Biblioteconomia e a Inclusão de Estudantes com Deficiência / Sivaldo Ferreira do Nascimento – Cabedelo, 2022.

30 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Orientadora: Ivana Maria Medeiros de Lima.

1. Intervenção pedagógica. 2. Biblioteconomia. 3. Inclusão. I. Título.

CDU 37.013:02

FOLHA DE APROVAÇÃO

SIVALDO FERREIRA DO NASCIMENTO

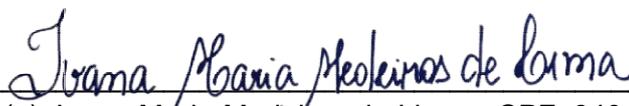
VISITA TÉCNICA AO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE (BCZM/UFRN) POR ALUNOS DE UM CURSO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.

Trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito parcial avaliativo para a obtenção do título de especialista no curso de Especialização em Docência EPT , campus Cabedelo, e aprovado pela banca examinadora.

Cabedelo, 29 de Abril de 2022.

]

BANCA EXAMINADORA



Orientador(a): Ivana Maria Medeiros de Lima – CPF: 840.927.694-15



Membro Interno do IFPB: Deyse Morgana das NevesCorreia– Matrícula: 1877761



Membro externo: Mabel Ribeiro Petrucci -CPF:023.742.274-30

Dedico este artigo aos meus pais, inspiração para as batalhas do cotidiano, razão de todas as minhas conquistas, dos quais nunca me faltaram confiança e incentivos.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e tutores do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Cabedelo, pelo suporte e apoio pedagógico fornecidos durante toda a jornada de formação, sem os quais não teria sido possível concretizar meus objetivos.

À minha família, em especial aos meus pais, que sempre me apoiam em meus projetos pessoais, sobretudo naqueles que objetivam o meu crescimento profissional.

À minha orientadora, Ivana Maria Medeiros de Lima, por ter aceito o desafio de me conduzir na etapa final desta jornada, sempre acessível e disposta a colaborar com o aprimoramento do meu artigo.

À amiga e Bibliotecária e Documentalista do Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Érica Simony Fernandes de Melo Guerra, pelo apoio, suporte técnico, orientação e, principalmente, fornecimento de dados e informações que embasaram a produção do meu artigo de conclusão do curso.

"Eu quero desaprender para aprender de novo. Raspar as tintas com que me pintaram. Desencaixotar emoções, recuperar sentidos." (Rubem Alves).

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar as principais contribuições desenvolvidas pelo Laboratório de Acessibilidade (LA) da Biblioteca Central Zila Mamede, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na produção e disponibilização de materiais, ferramentas e serviços voltados à promoção da inclusão de estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação e pós-graduação daquela Instituição de Ensino Superior, em atendimento à legislação. Apresenta as principais atividades realizadas no Laboratório como parte integrante de uma política pública da Instituição para oportunizar igualdade de condições a todos os alunos durante suas trajetórias acadêmicas e sugere o espaço como objeto de observação para a realização de um projeto de intervenção pedagógica tendo como público alvo uma turma de alunos de um curso Técnico em Biblioteconomia, no formato de visita técnica, planejada, entre outros objetivos, com o intuito de inserir os futuros técnicos no campo de vivência prática do curso, contribuindo, assim, para a sua formação e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento das ferramentas de acessibilidade disponíveis no local visitado, atendendo a uma função social.

Palavras-chave: Acessibilidade. Biblioteconomia. Inclusão. Intervenção pedagógica. Política pública.

ABSTRACT

This article aims to present the main contributions developed by the Accessibility Laboratory (LA) of the Zila Mamede Central Library, linked to the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in the production and availability of materials, tools and services aimed at promoting inclusion of students with disabilities enrolled in undergraduate and graduate courses at that Higher Education Institution, in compliance with the legislation. It presents the main activities carried out in the Laboratory as an integral part of a public policy of the Institution to provide equal conditions to all students during their academic trajectories and suggests the space as an object of observation for the realization of a pedagogical intervention project with the target audience a group of students from a Technical Course in Librarianship, in the format of a technical visit, planned, among other objectives, with the aim of inserting future technicians in the field of practical experience of the course, thus contributing to their training and, at the same time, to strengthen the accessibility tools available in the visited place, serving a social function.

Keywords: Accessibility. Librarianship. Inclusion. Pedagogical intervention. Public policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	11
3. LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA UFRN: HISTÓRICO E PRINCIPAIS SERVIÇOS OFERECIDOS	18
4. DO PLANEJAMENTO E DOS RESULTADOS ESPERADOS COM A VISITA TÉCNICA AO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O aumento da demanda pela criação de espaços de inclusão social é uma realidade no cenário mundial e, no campo educacional, tem por objetivo a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, impulsionado, principalmente, pela demanda de estudantes com deficiência que buscam concluir todas as etapas acadêmicas. Esse cenário influenciado, principalmente, pela necessidade de criação de políticas públicas decorrentes de imposição legal, levou as Instituições de Ensino Superior (IES), quer públicas, quer privadas, a buscarem alternativas para adequar suas instalações a essa nova realidade.

No âmbito do Brasil, no campo educacional, a pauta da inclusão das pessoas com deficiência encontra lastro jurídico, sobretudo, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96), no Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005/2014, na Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015).

O conjunto da legislação citada pode ser considerado marco na preocupação com a pessoa com deficiência no que se refere à criação de políticas públicas para o tema, tendo como arcabouço o princípio da universalidade do direito à educação, preconizado pelo art. 205 da Constituição Federal de 1988.

Dados estatísticos levantados pelo Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam um crescimento exponencial no número de pessoas com deficiência matriculadas em cursos superiores no país a partir do ano 2001.

Na conjuntura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), essa preocupação consubstanciou-se com a criação, em 2010, da CAENE (Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas), hoje denominada Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), que pode ser considerada a ação piloto no desenvolvimento de políticas de inclusão universitária naquela Instituição. A criação desse Setor, à época, justificava-se em função do crescente aumento da demanda de estudantes solicitantes de condições educacionais especiais.

Assim, aquela Comissão foi criada com o propósito de oferecer à comunidade universitária, particularmente aos estudantes com necessidades educacionais específicas, um espaço que servisse de referência para orientação e apoio no que diz respeito ao seu ingresso e permanência na UFRN, objetivando a melhoria da qualidade do atendimento educacional oferecido pela instituição.

Nesse sentido, segundo Damasceno e Costa (2012), no ano de 2011, foi criado, na estrutura organizacional da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), pertencente à UFRN, um espaço inclusivo destinado a atender os universitários com limitação de leitura, tais como aqueles com deficiência visual, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia, promovendo a inclusão desse público à comunidade acadêmica, que recebeu a denominação de Laboratório de Acessibilidade (LA), a fim de dar suporte aos estudantes por meio de tecnologias assistivas.

Nesse contexto, este artigo tem o objetivo de analisar qual o papel do Laboratório de Acessibilidade da UFRN na promoção da informação para as pessoas com deficiência e em que medida o espaço atende às necessidades dos seus usuários, como objeto de estudo de uma proposta de intervenção pedagógica direcionada a alunos de um curso Técnico em Biblioteconomia, com vistas a identificar que meios as pessoas com deficiência utilizam para aprender, bem como quais ferramentas disponibilizadas pelo laboratório são utilizadas pelos usuários.

O estudo justifica-se, sobretudo, em função de dois aspectos: o aumento da demanda por meios de inclusão social e acadêmica e a necessidade de reduzir o preconceito e todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência. Além disso, a discussão do tema pode contribuir para despertar a necessidade de maiores investimentos em acessibilidade nos mais diversos ambientes institucionais, sobretudo os educacionais.

Igualmente, a análise também oportunizará um campo de investigação para os futuros Técnicos em Biblioteconomia vivenciarem, por meio do projeto de intervenção pedagógica que motivou este estudo, um dos ambientes nos quais poderão exercer sua futura atividade profissional, contribuindo, assim, para uma formação preocupada com a inclusão e com o oferecimento de condições isonômicas de acesso às ferramentas que dão suporte ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito acadêmico.

2 DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Inicialmente, é pertinente pontuar que a abordagem da deficiência perpassou de um modelo médico, no qual era entendida como uma limitação do indivíduo, para um modelo social e mais abrangente, que a compreende não apenas como resultado das limitações e estruturas do corpo, mas também da influência de fatores sociais e ambientais do meio no qual está inserida. Essa nova abordagem, que se baseia na avaliação biopsicossocial, é o parâmetro vigente da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O marco na mudança conceitual da deficiência veio com a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela ONU em 2006, que assim dispõe em seu artigo primeiro:

Art. 1º. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Seguindo essa tendência, no Brasil, a Lei Federal nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência e regulamentou internamente as disposições da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), também previu conceituação correlata em seu artigo 2º.

Percebe-se, portanto, no âmbito da legislação brasileira, uma clara mudança de paradigma no conceito de deficiência inaugurado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, que passa a analisar o tema não somente pelo restrito ponto de vista médico, mas com uma conotação muito mais voltada para o social.

Partindo desse pressuposto, percebemos que não é a pessoa, portanto, que apresenta uma deficiência, mas a sociedade e o meio. É preciso despertar, assim, para o necessário investimento em acessibilidade, por meio de projetos adaptados, de tecnologia assistiva, de comunicação alternativa, entre outros mecanismos, de modo que a sociedade disponha dos meios adequados para a interação e a participação em igualdade de condições pelas pessoas com deficiência.

Nessa linha de entendimento, destacamos a concepção de Diniz (2007, p.17), ao afirmar que deficiência é uma desvantagem ou restrição de atividade provocada

pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera aqueles que possuem lesões físicas e os exclui das principais atividades da vida social.

Verifica-se, assim, que o conceito de deficiência defendido por Diniz (2007), ainda que anterior ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, já se mostra mais relacionado às barreiras impostas pela vida social contemporânea ao desconsiderar as pessoas que possuem lesões físicas quando do planejamento de atividades da vida social em geral. Dessa forma, para a autora, em resumo, o conceito de deficiência denuncia a relação de desigualdade imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos.

Já segundo a Cartilha de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará, documento que faz parte da política de acessibilidade daquela IES, pode-se afirmar que os conceitos de acessibilidade e inclusão social estão intrinsecamente relacionados. Numa visão pautada essencialmente no senso comum, o conceito de acessibilidade volta-se para a utilização de espaços físicos, todavia, partindo-se de uma análise mais ampla, ela pode ser entendida como a eliminação de barreiras que, de alguma forma, impedem e/ou dificultam a efetiva participação das pessoas com deficiência na vida social.

Nesse prisma, acessibilidade é uma questão de atitude e respeito às diferenças. Em virtude disso, é preciso estar atento para não criar barreiras que atrapalhem o dia a dia das pessoas com deficiência.

A Universidade Federal do Ceará, em publicação disponível no seu portal na internet, definiu que:

A acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística, pedagógica, dentre outras. É, ainda, uma questão de direito e de atitudes: como direito, tem sido conquistada gradualmente ao longo da história social; como atitude, no entanto, depende da necessária e gradual mudança de comportamento perante as pessoas com deficiência. (UFC, 2020).

Para aquela IES, a promoção da acessibilidade oportuniza às pessoas com deficiência condições de uso dos espaços urbanos, dos serviços de transporte, dos meios de comunicação e informação, do sistema de educação, o que é possível por meio da eliminação de barreiras e da garantia da inclusão social daqueles que apresentam alguma condição de deficiência.

De acordo com Alves (2014, p.37):

Acessibilidade diz respeito à condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social. No contexto da pessoa com deficiência (PcD), o termo se refere à utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

Percebe-se, assim, que o objetivo da acessibilidade é garantir que todos tenham autonomia para executar tarefas simples do dia a dia. Construir rampas ao lado de escadas, por exemplo, é garantir acessibilidade a quem se locomove com cadeira de rodas, da mesma forma que inserir legendas e janelas com tradução para Língua Brasileira de Sinais em programas de TV é dar a pessoas surdas acessibilidade nos meios de comunicação.

Esse entendimento está alinhado com o presente no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), no qual o conceito de acessibilidade trazido pelo art. 3º, inciso I, afirma que:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Conforme a Cartilha de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará (UFC), existem basicamente 6 (seis) tipos de barreiras: (1) as urbanísticas, existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; (2) as arquitetônicas, identificadas nos edifícios públicos e privados; (3) as de transportes, existentes nos sistemas e meios de transportes; (4) as de comunicações e informação, que se referem a qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; (5) as atitudinais, relativas a atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e

oportunidades com as demais pessoas; e (6) as tecnológicas, que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Outro conceito relacionado à acessibilidade que deve ser discutido é a ideia de Desenho Universal, que ganhou expressão na década de 80 com a realização de campanhas que exigiam não somente a eliminação de barreiras (desenho adaptável), mas também a não-inserção de barreiras (desenho acessível), e sendo parâmetro na promoção da acessibilidade até os dias atuais.

De acordo com Sasaki (2005, p.5), no conceito de desenho adaptável, a sociedade como um todo deve se preocupar no sentido de adaptar os ambientes obstrutivos. Já no conceito de desenho acessível, a preocupação está em exigir que profissionais arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais não incorporem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios. A essência do modelo de Desenho Universal reside em criar ambientes que levem em conta toda e qualquer diferença.

Portanto, a promoção da acessibilidade é dever da sociedade como um todo, bem como direito da pessoa com deficiência. Para tanto, torna-se imprescindível o conhecimento das políticas de inclusão que amparam as ações desenvolvidas no âmbito do nosso país e no mundo.

Analisado sob o ponto de vista educacional, o conceito de inclusão está intrinsecamente relacionado com a heterogeneidade da sociedade, respeitando todas as diferenças existentes entre as pessoas, e considera a educação inclusiva como um agente de transformação escolar.

De acordo com Silva e Reis (2011, p.12), podemos considerar a inclusão como um movimento que busca repensar a escola no seu sentido amplo, para que esse espaço deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, onde a discriminação dê espaço à inclusão.

A educação inclusiva pode ser definida como a modalidade de ensino mais contemporânea e efetiva de promover o acesso à educação a todos, viabilizando a inclusão e respeito à diversidade.

Conforme o autor expõe a seguir, a escola deve ser, portanto, um espaço em que se promova o acolhimento das necessidades e a realização de práticas que estimulem o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Transformar nossas escolas em escolas inclusivas requer dar uma resposta educativa de acordo com as necessidades de seus alunos e desenvolver propostas didáticas que estimulem e fomentem a participação de todos eles. Nesta linha de argumentação, a educação inclusiva opõe-se a qualquer forma de segregação e a qualquer argumento que justifique o isolamento no exercício dos direitos à educação. (FÁVERO, 2009, p. 33)

A educação inclusiva é um tipo de ensino que tem como premissa estabelecer a igualdade de possibilidades e oportunidades no âmbito escolar. Ou seja, objetiva tornar um direito de todos os estudantes (crianças, adolescentes e adultos em ensino superior) o de frequentar um ambiente educacional inclusivo. Isso decorre do fato de a filosofia da educação inclusiva se dá ao aceitar e reconhecer a diversidade na escola, entendendo a necessidade de mudar a estrutura e a cultura escolares para receber todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais.

Como afirma Mantoam (2004, p. 18): “há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza.”

A educação inclusiva, desse modo:

[...] constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008).

Para Camargo (2017, p.8), o trabalho didático-pedagógico em sala de aula, com o comum e o específico entre a diversidade que caracteriza o ser humano, constitui o objetivo da inclusão escolar que:

[...] postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada. (CAMARGO, 2017, p.6)

Nesse contexto, o autor entende que a educação inclusiva representa um modelo de educação construído em conjunto, que exige uma série de políticas

públicas, mudanças culturais e estruturais para tornar a escola um ambiente inclusivo e de acessibilidade. Entre as mudanças necessárias, existem vários fatores essenciais, como a capacitação de professores e demais profissionais da educação.

Conforme Silva e Reis (2011, p. 10), a educação inclusiva se sustenta em cinco princípios básicos: (1) Toda pessoa tem o direito de acesso à educação; (2) Toda pessoa aprende; (3) O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; (4) O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos e (5) A educação inclusiva diz respeito a todos.

A educação inclusiva pode ser interpretada, portanto, como uma revolução, pois ela implica numa grande transformação dos ambientes educacionais benéfica para todos os educandos, sendo o maior desafio do sistema escolar em todo o mundo, seja qual for o nível de escolarização considerado.

Mundialmente, a educação inclusiva ganha evidência a partir da década de 1980, quando foi instituído o ano internacional da pessoa com deficiência (1981) e a década das nações unidas para a pessoa com deficiência (1983-1992). Já em 1990, na Conferência Mundial de Educação para Todos, foi enfatizada a universalização do acesso à escola de qualidade e a promoção da equidade.

No Brasil, a educação inclusiva surgiu num contexto em que se fazia necessário oferecer escolaridade a crianças com anormalidades que, a princípio, foram determinadas como prejudiciais ou impedidas de se inserirem no processo regular de ensino, cenário que somente foi ultrapassado com o advento da Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases, quando a educação passou a ser um direito de todos.

Mas o grande marco legal para a consolidação definitiva dos direitos da pessoa com deficiência se deu em 2015, com a sanção da Lei nº 13.146, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a partir da qual as pessoas com deficiência tiveram seus direitos civis, econômicos e sociais ampliados, principalmente em relação à incapacidade, tendo em vista que as pessoas com deficiência eram consideradas totalmente incapazes, sendo igualadas às crianças, adaptando, assim, a legislação brasileira ao que prevê a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

No contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), segundo Gomes e Costa (2017, p.10), já em 1988 começaram a ser observadas as primeiras ações de inclusão educacional no âmbito daquela IES, sendo que até o ano de 2010

essas ações eram isoladas. A primeira medida efetiva da UFRN em que se pode afirmar o tratamento da inclusão educacional como uma política institucional se deu com a Resolução nº 193/2010 – CONSEPE (Conselho Superior e Ensino, Pesquisa e Extensão), que dispõe sobre o atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais, através da qual a Universidade estabeleceu uma política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo sua permanência na instituição.

A política de inclusão de pessoas com deficiência na UFRN foi impulsionada e fortalecida a partir de projetos institucionais aprovados pelo Programa Incluir, junto ao Ministério da Educação, os quais alavancaram sobremaneira a forma de pensar na temática inclusão no âmbito daquela instituição de ensino e, diante desse cenário, foi criada a Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais, por meio da Portaria nº 203/2010-R, de 15 de março de 2010, com a incumbência de apoiar e orientar a comunidade universitária sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência.

3. LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA UFRN: HISTÓRICO E PRINCIPAIS SERVIÇOS OFERECIDOS

As instituições de Ensino Superior (IES) têm a responsabilidade de garantir ações para o acesso, a permanência e a conclusão de curso com sucesso a estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), a partir da política educacional vigente no Brasil.

Um dos normativos mais importantes nesse sentido é o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, o qual prevê, dentre outras providências a serem adotadas pelas IES:

[...] VII – estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior.
[...] § 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições Federais de Educação Superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011.).

É importante registrar que a implantação de núcleos para atendimento a discentes com NEE está condicionada à formação de uma estrutura técnica multidisciplinar, humana e tecnológica, voltada à oferta de produtos e serviços de informação específicos.

Além disso, a implantação e funcionamento adequado desses núcleos demanda estudos, esforços e ações que busquem melhorias constantes em prol de seus usuários, cabendo enfatizar que, sem o pensamento de interação no que diz respeito a ouvir e compreender as demandas informacionais desses usuários, corre-se o risco de trabalhar em uma estrutura de produtos limitada e excludente, na contramão de uma prática inclusiva.

É sabido que vivemos numa realidade em que o desenvolvimento de políticas de atenção à pessoa com deficiência é uma necessidade que vem aumentando de forma significativa. De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, o país possui cerca de 45,6 milhões de pessoas que se declaram com alguma deficiência, correspondendo a 23,9% da população brasileira.

Considerando esse número crescente, nos colocamos diante de uma estrutura social que ainda avança lentamente em relação à inclusão desse público na sociedade, tanto no aspecto social quanto no educacional, cultural, econômico, dentre outros.

Conforme enuncia Guerra (2018, p.51), o desafio da inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes segmentos de relações sociais não é algo recente, sendo uma questão complexa com raízes históricas que demonstram já terem existido várias denominações usadas ao se dirigir a pessoas com deficiência, refletindo, assim, o comportamento estigmatizado da sociedade diante desses cidadãos.

De acordo com o que aponta Sasaki (2005, p.7), durante séculos as pessoas com deficiência eram chamadas de “inválidos”, além de serem classificadas como totalmente inúteis. Já no século XX, até meados de 1960, o termo utilizado para denominá-las era “incapacitados”, e de 1960 a 1980, passaram a serem empregadas as terminologias “defeituosos” (com deformidades), “deficientes” (indivíduos com alguma deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla), ou “excepcionais” (indivíduos com deficiência intelectual).

De acordo com o autor, a partir dessa época, as pessoas com deficiência começaram a serem, aos poucos, vistas e aceitas pela sociedade. Já de 1981 até 1987, houve uma mudança do termo para “pessoas deficientes”, e de 1988 até 1993, usavam-se os termos “pessoas portadoras de deficiência” ou “portadores de deficiência”. Somente a partir da década de 1990, surgem os termos “pessoas com necessidades especiais”, “portadores de necessidades especiais”, “pessoas especiais”, “pessoas com deficiência”, “portadores de direitos especiais” (SASSAKI, 2005, p.9). Atualmente, no Brasil, o termo utilizado legalmente é “pessoa com deficiência” e, no âmbito da legislação brasileira sobre Educação, o termo utilizado é “pessoa com necessidades educacionais específicas”.

As Instituições de Ensino Superior (IES) trazem para si a responsabilidade de se adequarem à legislação vigente por meio de adoção de políticas internas de inclusão, as quais vão desde o processo seletivo de ingresso de estudantes com necessidades educacionais específicas até o fornecimento do suporte necessário para a qualidade de sua vida acadêmica, através de medidas de acessibilidade física e comunicacional, que garantam o direito de ir e vir dessas pessoas e o acesso à informação, favorecendo, dessa maneira, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, propostas nessas instituições.

Caminhando nesse sentido, Furtado (2016, p. 32) afirma que a UFRN, no ano de 2010, incluiu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) políticas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Diante do aumento do ingresso de estudantes com NEE na UFRN e da procura pelos serviços do espaço inclusivo, principalmente daqueles com deficiência visual, foi implantado, em 2011, o Laboratório de Acessibilidade (LA) na Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM).

O espaço multi serviços é parte integrante da Coordenadoria de Apoio ao Usuário (CAU) da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), em conformidade com o Regimento interno da Biblioteca e localiza-se no prédio anexo da BCZM, seguindo as diretrizes administrativas daquele espaço de leitura e técnico-financeiras da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), antiga Comissão Permanente de Apoio aos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE).

O espaço é o setor responsável pela produção e adaptação de textos em formato digital acessível, destinados para suporte informacional, com vistas ao desenvolvimento acadêmico dos alunos com limitações e/ou dificuldades na leitura impressa. Possui acervo de textos adaptados, basicamente composto por livros, capítulos de livros, artigos de revistas, trabalhos acadêmicos e partituras, que são disponibilizados, gratuitamente, aos estudantes atendidos pela SIA com deficiência visual e casos específicos nos formatos digital, áudio e/ou impresso em fonte ampliada e em *Braille*. Atende às demandas de diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFRN. Trabalha em parceria com o Setor de Musicografia *Braille* e Apoio à Inclusão e com a Biblioteca Pe. Jaime Diniz (BPJD), pertencentes à Escola de Música da UFRN (EMUFRN).

O LA dispõe de uma estrutura tecnológica assistiva apropriada à digitalização de textos e à produção de materiais em formatos acessíveis. Atua com uma equipe multidisciplinar formada por bibliotecários, revisores *Braille*, programadores visuais, designer, analista de sistemas e bolsistas de apoio técnico, inclusive por pessoas com deficiência na identificação constante de novos recursos que despertem a curiosidade de novas pesquisas e contribuam para a construção de autonomia no ensino, pesquisa e extensão.

No processo de produção e adaptação, o texto passa pelas etapas de digitalização, conversão por um software OCR (*Optical Character Recognition*), descrição de imagens, embasada na nota técnica nº 21/2012/MEC, formatação, de

acordo com as diretrizes vigentes de padronização para textos digitais acessíveis e com normas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e conversão para os formatos digital (legível por leitor de tela), fonte ampliada, *Braille* e áudio (MP3), de acordo com a solicitação e limitação do aluno.

Em relação às tecnologias de informação e comunicação, conta com vários recursos e equipamentos. Entre eles, destaca-se o sintetizador de voz *Now Visual Desktop Access* (NVDA), que é um leitor de ecrã, livre e de código aberto para o sistema operativo Microsoft Windows. O feedback do programa é fornecido através de voz sintética e/ou Sistema *Braille*, que permitem às pessoas com deficiência visual ter acesso ao computador que executa o Windows, sem custos adicionais.

Merecem registro, também, os ampliadores de tela utilizados, tais como:

a) ZOOMTEXT – Considerado um dos melhores softwares de ampliação para Windows. Permite que às pessoas com problemas de visão vejam e/ou escutem tudo o que se passa no ecrã do computador garantindo assim, acesso fácil, rápido e completo a todos os programas, documentos, e-mails e Internet;

b) Lupa Eletrônica *Closed-Circuit-Television* (CCTV) com monitor – Capaz de ampliar texto e imagem visando auxiliar a leitura e escrita das pessoas com baixa visão. Possibilita grande contraste entre a cor do fundo da tela e as cores das letras, obtido eletronicamente com o vídeo reverso e cores artificiais.

Cabe pontuar, ainda, que além desses recursos, o LA também oferece aos seus usuários as tecnologias assistivas, as quais facilitam o desenvolvimento de atividades do cotidiano por pessoas com deficiência, dentre elas: impressoras em Sistema *Braille*; scanner leitor de imagens e com reconhecimento de caracteres; diferentes tipos de lupas, impressora em relevo Tec-Fuser, computadores, máquina Perkins *Braille*, bengala dobrável, calculadora sonora, plano inclinado, reglete e punção, globo tátil, sorobã, colmeia para teclado, entre outros.

Tais serviços atendem a uma demanda de alunos que, diariamente, precisam estudar, produzir conteúdos utilizados em sala de aula, fazer trabalhos, leituras complementares, discussões e avaliações, o que garante a participação e interação do aluno em sala de aula e em suas atividades acadêmicas e sociais.

Outra importante ferramenta a serviço dos usuários do Laboratório de Acessibilidade é o Repositório de Informação Acessível (RIA), que se trata de um repositório digital destinado a abrigar o acervo formado por textos acadêmicos digitalizados e adaptados.

O RIA integra e dissemina textos acadêmicos adaptados e produzidos no Laboratório de Acessibilidade da BCZM e pelo Setor de Musicografia *Braille* e Apoio à Inclusão da Escola de Música (SEMBRAIN - EMUFRN) para atendimento às demandas informacionais dos estudantes com deficiência visual.

O RIA funciona em atendimento à política de acessibilidade, conforme prevê a Resolução nº 54/2014- CONSEPE/UFRN, a Lei do Direito Autoral (Lei nº 9.610/1998), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o Tratado de Marraqueche, representando uma ampliação de opção de pesquisa e acesso informacional, voltado particularmente para alunos com deficiência visual da UFRN, oferecendo possibilidades de visualização dos documentos nos seguintes formatos digitais: doc. word, Pdf/A, html e mp3, em conformidade com o art. 46, inciso II, alínea d, da legislação supracitada, a qual prevê a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema *Braille* ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários.

Cumprir registrar, também, que o Laboratório de Acessibilidade da UFRN faz parte, como membro fundador, da Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA). A REBECA é uma rede de colaboração entre Instituições Públicas de Ensino Superior, composta pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Seu objetivo é o compartilhamento de informações técnicas sobre a editoração de acervos adaptados e cooperação de catálogos e acervos digitais adaptados, destinados ao atendimento e suporte informacional acadêmico das pessoas com deficiência visual.

4. DO PLANEJAMENTO E DOS RESULTADOS ESPERADOS COM A VISITA TÉCNICA AO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE

A atividade será realizada por meio de visita técnica ao Laboratório de Acessibilidade (LA) da BCZM/UFRN, coordenada pelo Professor da Disciplina Tecnologias Acessíveis de Apoio à Educação, contemplando 20 (vinte) alunos de um Curso Técnico de Biblioteconomia, divididos em 2 (dois) grupos de 10 (dez) alunos cada, em 2 (dois) turnos distintos (manhã e tarde), sob a orientação da Bibliotecária Érica Simony Fernandes de Melo Guerra (erica.guerra@ufrn.br). A visita técnica será estruturada em 3 (três) momentos:

1) Momento Prévio: Oportunidade em que os alunos do Curso Técnico de Biblioteconomia terão acesso às informações teóricas sobre as principais tecnologias acessíveis de apoio à educação existentes, com destaque para aquelas disponíveis no Laboratório de Acessibilidade (LA) da BCZM/UFRN, a fim de que, durante a visita técnica, os estudantes possuam o discernimento mínimo necessário para interpretar e entender cada um dos recursos que lhes serão apresentados. Essa etapa terá duração de 4h/aula e será desenvolvida em sala de aula.

2) Exposição Teórica no Laboratório de Acessibilidade (LA): Nessa etapa, os estudantes assistirão a uma palestra ministrada pela Bibliotecária do Laboratório de Acessibilidade em que serão abordados os seguintes temas:

- a) Principais serviços oferecidos pelo Laboratório;
- b) Horário de Funcionamento;
- c) Equipe responsável;
- d) Projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos;
- e) Apresentação do RIA (Repositório de Informação Acessível);
- f) Parcerias do Laboratório

3) Apresentação prática das tecnologias e serviços disponíveis no LA: Nessa etapa, ocorrerá uma exposição prática dos principais serviços oferecidos pelo LA.

Espera-se que os estudantes do Curso Técnico de Biblioteconomia assimilem a importância social das atividades desenvolvidas pelo LA para o desenvolvimento da educação e para a valorização da pessoa com deficiência no que diz respeito à produção e adaptação de textos em formato digital acessível, destinados ao suporte informacional, de modo a permitir o desenvolvimento acadêmico dos alunos com

limitações e/ou dificuldades na leitura.

É fato que essa atividade terá uma contribuição fundamental para a formação do futuro Técnico em Biblioteconomia, principalmente ao considerar-se que o curso em questão precisa desenvolver no aluno conhecimentos e saberes relacionados aos processos de organização dos espaços físicos de bibliotecas e centros de informação para desenvolvimento de projetos e ações socioculturais, para identificar o perfil do usuário e orientá-lo em relação à pesquisa em diversas fontes de informação e em relação à utilização das ferramentas da tecnologia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Laboratório de Acessibilidade da UFRN descreve um processo em construção que, aos poucos, tem buscado tornar a Biblioteca Central Zila Mamede uma biblioteca acessível. Nesse sentido, oportunizar que os alunos do Curso Técnico em Biblioteconomia tenham acesso a esse ambiente, conhecendo os seus principais serviços e atividades, é contribuir para o fortalecimento de sua formação técnico-humanística, principalmente considerando o perfil do profissional egresso que se pretende formar.

O intercâmbio institucional que se busca com a atividade aqui proposta levará à institucionalização de trabalhos em rede, socializando o conhecimento e tornando possível a concretização de ações efetivas em prol de uma cultura inclusiva nas bibliotecas universitárias e nos cursos formadores de mão de obra para atuar nesses espaços.

É preciso enfatizar que as atividades desenvolvidas no LA desde a sua criação representam um considerável avanço em relação ao acesso à informação pelos estudantes com necessidades educacionais especiais da UFRN, levando em consideração o visível aumento no número de alunos atendidos por aquele espaço, as solicitações e a quantidade de materiais informacionais adaptados.

Esse cenário leva-nos a refletir acerca da necessidade de formar profissionais preparados para atuar em bibliotecas e demais espaços sociais de acesso à informação aptos a desenvolver e aplicar as tecnologias acessíveis de suporte educacional, de modo a universalizar o direito à educação.

Constata-se que o acesso à informação é condição essencial para o desenvolvimento do indivíduo em suas atividades acadêmicas no processo de ensino-aprendizagem, sendo este uma conquista democrática e exigência fundamental para o amplo exercício da cidadania. E, para o exercício desse direito, torna-se necessário que as pessoas tenham acesso de forma igualitária à informação.

É fato que quanto mais próximo do contexto de vivência do aluno, mais fácil é observar e melhores são os resultados da aprendizagem. Assim, o recurso pedagógico da visita técnica apresenta-se como um norte já definido para alinhar um conhecimento sistemático à aprendizagem desejada.

As visitas técnicas são recurso eficaz em praticamente todo processo de ensino e aprendizagem e, quando utilizada de maneira correta e bem planejada, podem se

tornar uma atividade essencial à formação dos estudantes, principalmente em cursos de formação profissional, que caracterizam-se, principalmente, pelo saber-fazer.

A metodologia de aprendizagem adotada por meio de visitas técnicas permite ao aluno construir conhecimentos diversificados de uma maneira rápida e eficaz, além de despertar o senso crítico, uma das principais habilidades profissionais esperadas no mercado de trabalho na atualidade.

Desse modo, ao considerarmos que a BCZM vem buscando e promovendo esforços para cumprir a sua missão quanto unidade formadora e construtora de conhecimento, desenvolvendo uma das missões primordiais de uma biblioteca universitária, que é fornecer suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma igualitária e sem restrições. Identificamos na visita técnica proposta um campo de estudo, vivências e trocas de experiências extremamente enriquecedor para os futuros técnicos em Biblioteconomia desenvolverem suas habilidades profissionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Manoel Rodrigues (Ed.). **Manual de acessibilidade: diretrizes de acessibilidade física e digital em ambientes didáticos**. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília, DF, [2017]. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

_____. **Lei n. 13.146, de 06 de junho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Diário Oficial da União, Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em: . <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 24 ja. 2022.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 23 mar. 2022.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parecer CNE/CEB - 17/2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

_____. **Lei nº 9.610, de 19 fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 9 jan. 2022.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Aviso **Circular nº 277/MEC/GM. 1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo. Brasília, DF, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 10. Disponível em: <<http://homologa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/12/1999&jornal=1&pagina=66&totalArquivos=111>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces.** Ciência & Educação. Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 13 mar. 2022.

DAMASCENO, Magali Araújo; COSTA, Maria Teresa Pires. **Necessidades educacionais especiais: o papel da biblioteca e do bibliotecário no cenário de inclusão no ensino superior.** Natal: 2012. 17p.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FAVERO, Osmar et al. **Tornar a educação inclusiva.** Brasília: UNESCO, 2009.

FURTADO, Margareth Maciel Figueiredo Dias. **Usabilidade e acessibilidade no Repositório de Informação Acessível da UFRN:** avaliação ergonômica de interfaces web. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

GOMES, Rodrigo Ramos; COSTA, Maria Tereza Pires. **Análise e perspectivas do Laboratório de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte:** Um estudo de caso da Biblioteca Central Zila Mamede. Revista Interface, v.12, nº 2, julho a dezembro de 2017.

GUERRA, Érica Smomy Fernandes de Melo. **Gestão da Informação no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede:** Avaliação do fluxo de produção de materiais informacionais acessíveis na UFRN. Natal: 2018. 189p.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MELO, Érica Simony Fernandes de. **Formação de acervos acessíveis em bibliotecas universitárias: o caso da Biblioteca Central Zila Mamede.** Bibliocanto, Natal, v. 1, n. 1, p. 3144, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/8331/6287>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de et al. **Experiências em acessibilidade e inclusão na UFRN:** o Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Zila Mamede. Gestão & conexões, Vitória, v. 3, n. 1, p. 43-67, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/5052>>. Acesso em: 9 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). **Pessoa com deficiência: conceito de deficiência**. Disponível em <<https://pcd.mppr.mp.br/pagina-41.html>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção da ONU sobre o Direito das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque, 2006. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/comentarios_a_convencao_sobre_os_direitos_das_pessoas_com_deficiencia.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2022.

ROCHA, Nériton Pimenta. **Acessibilidade nas saídas de emergência das edificações fiscalizadas pelo CBMGO em relação aos cadeirantes**. Goiânia, 2014. 21p. Disponível em: < <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/ACESSIBILIDADE-NAS-SA%C3%8DDAS-DE-EMERG%C3%8ANCIA-DAS-EDIFICA%C3%87%C3%95ES-FISCALIZADAS-PELO-CBMGO-EM-RELA%C3%87%C3%83O-AOS-CADEIRANTES.-N%C3%A9riton-Pimenta-Rocha.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2022.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Como chamar as pessoas que tem deficiência?** São Paulo, 2005. Disponível em: < <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

_____. **O conceito de acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/romeusassaki#:~:text=Pelo%20desenho%20adapt%C3%A1vel%2C%20a%20preocupa%C3%A7%C3%A3o,constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20ambientes%20e%20utens%C3%ADlios.>> Acesso em: 13 mar. 2022.

SILVA, Lívia Ramos de Souza; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação Inclusiva: o desafio da formação de professores**. In: REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas. v. 3, n.1 – março de 2011 – p. 07-17.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Cartilha de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará**. Disponível em: <<https://www.ufc.br/acessibilidade/cartilha-de-acessibilidade-na-ufc>>. Acesso em: 18 mar.2022.

_____. **Conceito de Acessibilidade**. Disponível em: < <https://www.ufc.br/acessibilidade/conceito-de-acessibilidade>>. Acesso em: 20 mar. 2022.